

# Editorial: Um mandato para defender as pessoas

A segunda vaga da pandemia mergulha a Europa e o mundo na incerteza das crises. Enquanto nos EUA se joga o futuro da experiência trumpista, muitos países sentem a pressão sobre os sistemas de saúde e nos caminhos que se fecham dentro das imposições da União Europeia para um plano de recuperação acompanhado por condicionamentos na sua aplicação. No meio da tormenta, uma luz de transformação na América Latina varreu a sombra constitucional de Pinochet no Chile e deu alento aos avanços democráticos e antigolpistas na Bolívia.

Em Portugal, tempo de decisões e de honrar os mandatos. No Orçamento do Estado (OE) para 2021 residem muitas das escolhas determinantes para vencer a crise. Terá o país os instrumentos para travar a rapina financeira da Lone Star e pôr o sistema financeiro ao serviço da produção, investimento e distribuição de rendimentos? Existe uma maioria no parlamento capaz de travar os despedimentos de milhares de trabalhadores precários, muitos deles em empresas que recebem ajudas diretas do Estado? Haverá garantias de uma verdadeira prestação social extraordinária que não deixe ninguém para trás ou apenas uma limitada ajuda temporária que se esgotará no pior momento da crise? Vai o SNS ter ao seu dispor o reforço de verbas necessário e a refundação do modelo de contratação dos profissionais de saúde para enfrentar os piores meses da pandemia?

Perante uma proposta de OE que não responde a estas urgências e que não prepara o país para a crise das nossas vidas erra quem foge à análise do seu conteúdo e se agarra a estranhas formas de jogo político. A desorientação e inflexibilidade do Partido Socialista nas negociações deram lugar a uma política da chantagem, alimentando velhos papões de alinhamentos e “coligações negativas”, procurando fazer esconder um passado de parcerias virtuosas deste governo com a direita em matérias como a lei laboral e as regras do sistema financeiro. Não fossem estas duas matérias, precisamente, terreno interdito à esquerda para os arautos do regime de alternância.

O diabo não vem já e está afastado o cenário de crise política. A esquerda deve

bater-se pelas suas escolhas, com o seu mandato, para defender as pessoas. Assim o fez e o fará o Bloco de Esquerda, sem calculismos ou falsos dilemas de especialidade. Assim o fez e fará Marisa Matias, a candidata que representa a esquerda que não abandona os seus compromissos e se bate pelas alternativas que importam, em nome das pessoas, em nome do futuro, enfrentando todas as coligações de interesses, como o modelo das PPP na saúde, apoiado por Marcelo e pelos do costume.

Uma urgência, as experiências que importam na mobilização social: a luta das precárias da cultura, o movimento de cuidadores informais que não desistem dos seus direitos. Dois exemplos que trazemos, na certeza de que muitas mais que se seguirão nos próximos meses. A análise dos números do Orçamento e o bicentenário de Engels não escapam ainda a esta edição da Anticapitalista.